



BRASIL E O CONTEXTO REGIONAL

Alyne Viana de Oliveira - estudante de Mestrado - Programa San Tiago Dantas (UNESP, Unicamp, PUC-SP) - alyneoliveira@gmail.com

Maria Luísa Telarolli - estudante de Mestrado - Programa San Tiago Dantas (UNESP/ Unicamp/ PUC-SP) - lutelarolli88@gmail.com

Resumo

A cooperação sul-sul e uma ampla diversificação de parceiros e de estratégias foi parte da plataforma de política externa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no início dos anos 2000. O recente impeachment de Dilma Rousseff, do PT, traz consigo o questionamento de todo um plano de governo que abrange as relações exteriores, as quais demonstram sinais de retomada de um caminho neoliberal. Desta forma, esse trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a crise política brasileira e as instituições regionais, como o Mercosul e a Unasul, em um cenário que indica um novo redirecionamento da política externa. Portanto, em meio às divergências de posicionamentos, pretende-se pensar qual o papel das instituições regionais nesse novo momento da política externa.

Palavras chave: Democracia; Instituições Regionais, Política Externa Brasileira

Abstract

The South-South cooperation and a broad diversification of partners and strategies was part of the foreign policy platform of the Brazilian political party “Partido dos Trabalhadores “(PT) in the early 2000. The recent impeachment of Dilma Rousseff, of PT, brings the question around a government plan of foreign affairs, which show signs of recovery from a neoliberal path. This study is going to analyze the relationship between the Brazilian political crisis and regional institutions such as Mercosur and Unasur, in a setting that indicates a new direction of foreign policy. Therefore, among the differences of positions, we intend to think the role of regional institutions in this new era of foreign policy.

Key Words: Democracy; Regional Institutions; Brazilian Foreign Policy

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise do papel desempenhado pela política externa brasileira desde os anos 2000, que é dotada de uma postura mais ativa com ampla diversificação de parceiros e de estratégias, tanto regionais quanto globais, até o contexto atual do impeachment de Dilma



Rousseff, que favorece a retomada dos preceitos neoliberais como elemento propulsor na formulação da política externa.

Ademais, será enfatizada nessa análise a relação do Brasil, nesse intervalo temporal, com as instâncias regionais, as quais passaram por reconfigurações no início do século XXI que privilegiaram uma maior ênfase ao aparato político e social dentro dos blocos como o Mercosul e, também, a criação de novos projetos de integração regional, que foram permeados por elementos constitutivos que pautaram-se na construção de uma identidade de defesa sul americana, algo impulsionado pela ascensão, nesse início de século, de governos de esquerda e centro esquerda na região, mas que estão sendo reavaliados na atual conjuntura.

O início do século XXI foi marcado por um período de participação ativa do Brasil nas arenas internacionais com maior ênfase na cooperação sul-sul e no multilateralismo, o qual é marcado pela preferência por negociações conjuntas na busca por maior representatividade em foros como OMC, FMI, ONU na busca por mudanças na hierarquia internacional.

A política externa brasileira se caracterizou, tradicionalmente, pelo universalismo, autonomia e defesa do desenvolvimento e houve, nos anos 2000, a reformulação de antigos conceitos como o de mediador entre Norte-Sul, assim como o próprio multilateralismo e pragmatismo, que já datavam da década de setenta, com perfil de System Affecting State de Keohane, no qual o Brasil se inseriu como mediador nos foros multilaterais como estratégia de reconhecimento no governo de Geisel. (LIMA, 2005). Essa tradição é seguida, mas soma-se a percepção do país como mercado emergente que deriva da adoção das medidas do Consenso de Washington na década de noventa, o que faz o Brasil ganhar credibilidade e estabilidade econômica perante os setores externos. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela pressão das reformas neoliberais e a tentativa de obter governabilidade internacional cedendo aos moldes das linhas de crédito internacional, do FMI. A cooperação com o sul periférico é contemplada com o Mercosul, relação com a África, frente à ALCA, mas sem tanta ênfase, pois a supremacia norte-americana somada ao neoliberalismo e o regionalismo aberto são marcas dos anos noventa (LIMA, 2005).

No início do século XXI, quando Lula assume a presidência, o sistema internacional apresentava mudanças significativas como intensificação do unilateralismo dos EUA, a ascensão chinesa, a valorização das commodities em 2003, reestruturação dos eixos de desenvolvimento da Rússia, Índia e África do Sul, o aumento do fluxo de comércio de países pequenos (VIGGEVANI, RAMAZINI, 2009), além do fortalecimento da economia da União Europeia e crise da hegemonia norte-americana. Todos esses fatores corroboram para que a visão da ordem internacional do novo governo fosse outra, mais



autonomista em relação aos seus interesses, flexível, livre e ativa, ao mesmo tempo soberanista em relação às instituições internacionais que são estruturadas com o objetivo maior do multilateralismo.

No que se refere aos projetos de integração, a América Latina é marcada pela fragmentação e sobreposição dos projetos regionais, pois após a homogeneidade de políticas dos anos noventas, as quais exigiram liberalização econômica e comercial para receber crédito e investimento externo, os anos 2000 são marcados pela ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda como resposta ao neoliberalismo, o que ocasiona diferentes modelos democráticos e modelos de inserção com presença do Estado como coordenador e do desenvolvimento ajustado. O Brasil teve a percepção da região sul americana como região mais integrada.

Nesse cenário são criadas iniciativas como a Unasul, com expressivo incentivo brasileiro, com a exploração de novas faces da cooperação com arcabouço político institucional para a coordenação de políticas públicas e fortalecimento da regionalização, bem como o enfoque na criação do Conselho de Segurança Sul-americano com base em uma identidade estratégica para o cone sul expressa em uma visão renovada do Atlântico Sul (VITELLI, 2015; LIMA, 2013), envolvendo as questões de segurança, mas de maneira autônoma aos Estados Unidos.

As propostas da Unasul, ALBA e mesmo do Mercosul são delineadas por um modelo mais social, com o Estado na função de coordenador e busca pela neutralização de assimetrias, os modelos de regionalismo partem dos mais diversos moldes e tópicos que é marca do regionalismo pós liberal. O Brasil se insere nessa nova realidade buscando a função de líder regional, projeto que ganhava crescente destaque desde o pós Guerra Fria com a percepção da importância das regiões na conformação da nova ordem internacional. A política externa brasileira fortaleceu as relações bilaterais com seus vizinhos, além da coordenação de seus setores estratégicos e buscou o financiamento à coordenação regionalista na procura por aliados em seu setor produtivo. O aumento dos gastos públicos brasileiros com programas sociais e o Plano Plurianual cria um mercado de consumo de baixa renda associado à integração da economia global, o que favoreceu o empresariado nacional e fortaleceu a economia brasileira na região sul americana e na sua inserção nos mercados vizinhos (LIMA, 2010). Portanto, nesse período é significativo o montante de investimento brasileiro nos mercados dos países membros do Mercosul, principalmente, mas também do cone sul de maneira mais geral.

A chamada diplomacia multidimensional brasileira (MALAMUD, 2011) viu na região sul americana forma de inserção em plano internacional, mas priorizando arranjos intergovernamentais devido à busca por soberania e autonomia brasileira, pois alia governo e setores-chave nacionais na busca consensual pela ampliação e maior robustez do interesse nacional, que tem a América do Sul como trampolim para o multilateralismo com ênfase global, algo perceptível pelo número de iniciativas nas



quais o país se envolve, como G-20, BRICS, IBAS, participação ativa no Conselho de Segurança da ONU por meio da MINUSTAH e da mediação de conflitos como o caso do Irã. O papel ativo brasileiro nos regimes internacionais e iniciativas regionais são favorecidos por um período no cenário internacional que foi caracterizado por uma difusão de poder, o que favoreceu certos arranjos em uma geometria variável, que possibilitou o destaque de países emergentes (LIMA, ano)

A política externa do governo de Dilma Rousseff, em seu discurso, pretendia dar continuidade ao delineamento estabelecido pelo governo Lula e a burocracia especializada, os quais teriam, em aspectos gerais, permanecido voltados para o universalismo em suas relações, com uma maior aproximação com seus vizinhos do cone sul, assim como, a negociação com países emergentes.

Em relação aos BRICS, o governo continuou a manter uma linha de segurança, ainda que em menor escala, também tentou manter coligação dentro do G-20 para frear a regulamentação dos mercados de capitais, houve a iniciativa de investimento em infraestrutura ligada à cooperação entre os bancos nacionais, mas a baixa institucionalidade não permitiu grandes avanços. Já no que se refere ao IBAS, as iniciativas ficaram em torno do Fundo do bloco e da articulação entre as sociedades civis, pois com a entrada da África do Sul nos BRICS há uma sobreposição em relação a agenda do IBAS. Em suas relações com a União Europeia, o Brasil tentou fortalecer as parcerias estratégicas, mas com a crise de parte dos países europeus, não houve grandes avanços, assim como com Estados Unidos, que em um primeiro momento há uma aproximação, mas após o vazamento de informações sobre a espionagem dos EUA à Dilma Rousseff leva a um maior distanciamento (SARAIVA, 2014).

Em relação ao contexto regional, há uma esvaziamento das iniciativas políticas dentro do Mercosul, marcado em 2012 pelo tensionamento de relações entre os membros com a suspensão paraguaia, bem como, ainda que a parceria bilateral com os membros tenha se mantido, a predisposição a fazer concessões aos seus vizinhos foi um elemento presente. No âmbito da UNASUL não houve uma participação expressiva para além dos marcos das reuniões, assim como com a CELAC, não foram vistas iniciativas determinantes para os blocos. O papel de líder regional não é mantido, uma vez que o Brasil não se posiciona de maneira efetiva tanto na crise política venezuelana ou mesmo em relação à criação da Aliança do Pacífico e ao interesse dos países da região em modelos de integração de cunho liberal.

Houve a percepção por especialistas de que com Dilma Rousseff teria havido uma contenção da continuidade, a qual foi medida pela redução no número de acordos firmados, participação em cúpulas e encontros internacionais, bem como o declínio no número de viagens para fora do país (CORNETET, 2014). Outros autores detectaram um declínio em relação à política externa do governo anterior, diante do menor dinamismo de setores sociais que eram chave para prospecção externa do Brasil, a relação com os



investidores externos sofreu melindres e a ausência de estratégias e falta de inovações não cativou os agentes externos (CERVO, LESSA, 2014).

Porém, deve-se pensar que o cenário mundial era outro no governo Dilma, pois sofria-se com o legado da crise de 2008, o qual trouxe um corte nas linhas de crédito internacional. Houve também a crise da União Europeia e progressiva estabilização norte-americana, assim como o aparecimento dos grandes acordos Ásia-Pacífico e queda no investimento chinês para região latino americana (AMADO, LESSA, 2014; SARAIVA, 2014). A geração de excedentes advindos do comércio internacional do período anterior era produto, em grande parte, do boom de commodities gerado pelo crescimento chinês, mas que não levou o Brasil a se inserir de forma realmente competitiva no cenário mundial, pois os produtos de alto valor agregado, dotados de inovação não foram contemplados na escala produtiva brasileira, que entre 2003-2010 focou-se, em grande parte, nos dividendos do setor agroexportador. Dessa forma, em um momento de arrefecimento da expansão econômica, o mercado mundial exige a competitividade das grandes cadeias globais de produção nas rodadas de negociação comercial multilateral, o que levou o Brasil a encontrar-se em descompasso com esse cenário produtivo global já em estágio muito avançado e trouxe descompasso também no entendimento entre mundo desenvolvido e em desenvolvimento, em um momento de recessão (CESAR, SATO, 2012).

O cenário mundial trouxe impactos negativos para o âmbito interno, pois não se consegue manter o ciclo de crescimento que permitia um alto nível de gastos do governo, de forma que a balança de comércio exterior gradualmente vai se deteriorando, assim como o consenso político e a crise de partidos mina a governabilidade de Dilma Rousseff. Além disso, em termos estritamente da política externa, durante o governo de Lula, a diplomacia contou com Celso Amorim durante os dois mandatos, que imprimiu a proatividade (SARAIVA, 2014) e estratégia universal à política externa, enquanto o governo Dilma passou por Antônio Patriota, Luiz Alberto Figueiredo e Mauro Vieira. Outro ponto a ser colocado é o papel desempenhado pelos presidentes, em que Lula apresentou-se como líder e Dilma como gestora, deixando a cargo do Itamaraty o que se referia às relações externas do país (CORNETET, 2014).

Portanto, o período do governo de Dilma Rousseff é marcado por uma mudança no cenário global que se torna mais recessivo e coube a esse momento redimensionar a posição brasileira, já que o espaço para países emergentes sofre encurtamento, bem como a crise obriga o governo a lidar com os reflexos do modelo de desenvolvimento e crescimento que se encontrava esgotado. Esse cenário exigiu uma percepção rápida de quais os novos termos de inserção brasileira, tanto regionalmente, pois seus vizinhos também estão lidando com a retração desse momento, como em âmbito global. A tentativa de manter as mesmas iniciativas não trouxe o grau de inovação e adaptabilidade exigido.

Assim, durante o governo Dilma temos a manutenção da mesma retórica universalista e autonomista desenvolvida ao longo dos dois mandatos de Lula, com valorização da cooperação sul-sul e fortalecimento das parcerias e iniciativas regionais. Na prática, porém, o que houve foi uma política externa menos ativa, limitada por um contexto internacional e regional menos permissivo, além da própria crise econômica brasileira seguida pela crise política, que acabou por reduzir a capacidade propositiva do governo de Dilma Rousseff.

Com o impeachment de Dilma e a posse de Michel Temer o Ministério das Relações Exteriores passa ao comando de José Serra, que desde os seus primeiros dias no cargo foi bastante enfático ao afirmar que o objetivo de sua gestão seria de promover uma política externa livre de qualquer viés ideológico de partidos políticos (ITAMARATY, 2016a), crítica frequentemente feita às opções de política externa dos governos petistas. Ainda, o novo ministro apresentou novas diretrizes reforçando que a prioridade da diplomacia sob seu comando será o fortalecimento dos acordos e parcerias comerciais, em especial como o que ele chamou de “parceiros tradicionais”, no caso, Estados Unidos, União Europeia e Japão.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que critica a partidarização da política externa promovida pelo PT nos últimos anos, Serra faz o mesmo que acusa seus antecessores, ao propor diretrizes igualmente ideológicas, ainda que em sentido oposto ao de Dilma. Como apontou Matias Spektor (2016), a ideologização e partidarização da diplomacia ocorrem tanto à esquerda quanto à direita.

Logo após sua posse, mesmo antes da confirmação do impeachment de Dilma, Serra deixou evidente a mudança de postura em relação à gestão anterior. Em tom duro, bastante distinto do usual, o Itamaraty emitiu notas em que rebatia as acusações de alguns governos latino-americanos, como Bolívia, Cuba, Venezuela e Equador, e instituições regionais, no caso a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América/ Tratado de Comércio dos Povos (ALBA/TCP) (ITAMARATY, 2016b) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) (ITAMARATY, 2016c), que questionavam a legitimidade do processo parlamentar contra Rousseff.

De fato, nos últimos meses há claros sinais de tensões nas relações do Brasil com seus vizinhos bolivarianos, que eram bastante próximos aos governos de Lula e Dilma. Diante desse cenário, o Brasil busca uma reaproximação com a Argentina de Mauricio Macri, que também passa por um período de redefinições da política doméstica, com fortes impactos econômicos e em política externa, após o fim da Era Kirchner.

Assim, a primeira visita do novo chanceler brasileiro, em 24 de maio, foi à Argentina (MOLINA, CUÉ, 2016), buscando legitimidade ao governo recém-estabelecido de Michel Temer. Macri e a ministra



das Relações Exteriores da Argentina, Susana Malcorra, aproveitaram a ocasião para declarar que acreditavam na constitucionalidade do processo de impeachment de Dilma, uma vez que não haveria razões para dizer que o processo não era legal. A visita de José Serra à Argentina reforça os aspectos ideológicos de sua política externa, uma vez que Macri, eleito pelo partido Proposta Republicana, é de centro-direita e defensor do liberalismo econômico, com projetos muito semelhantes aos do novo governo brasileiro.

Além de buscar legitimidade ao governo Temer no principal parceiro estratégico e comercial do Brasil na América do Sul, a viagem de Serra à Argentina já é parte de um processo de redefinição da relação bilateral entre os dois países e da busca por parceiros regionais com projetos de política externa semelhantes. De fato, Argentina e Brasil vivem fases semelhantes de retomada dos modelos neoliberais e ambos destacam a importância de promover mudanças no Mercosul, dando ao bloco mais flexibilidade para garantir os objetivos econômicos de seus membros.

Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de reformas do Mercosul para dar ao grupo mais dinamismo, superando a estagnação dos últimos anos. Destaca-se a necessidade de inserção comercial do Cone Sul no mercado global, o que para Macri deveria ser estimulado pelo Mercosul através de acordos com países desenvolvidos, como Estados Unidos e Japão, ou outros blocos de integração regional, como a União Europeia e a Aliança do Pacífico (LOPES, 2016). Já como resultado da visita de Serra, os dois países assinaram um memorando de “Entendimento para o Estabelecimento do Mecanismo Bilateral de Coordenação Política Brasil-Argentina” (ITAMARATY, 2016d), cujo objetivo é a coordenação política entre eles e de suas agendas bilaterais, regionais e global.

Ainda durante o governo Dilma o discurso diplomático brasileiro já apontava para um movimento de aproximação do Mercosul com a Aliança do Pacífico (FUNAG, 2016), bloco formado em 2012 e composto por Chile, Colômbia, México e Peru, destacando a importância de uma agenda comum e oportunidades de negócios entre os dois grupos. O eixo Ásia-Pacífico tem sobressaído nos últimos anos por conta do dinamismo econômico da região. Além disso, dados mostram que hoje a Aliança do Pacífico, com 50% das exportações da região, apresenta resultados mais favoráveis que o Mercosul, que representa apenas 37% do volume total de exportações (MENDONÇA, REBOSSIO, 2015).

A vitória de Macri na Argentina, a chegada ao poder de Temer no Brasil, a derrota do governo de Nicolás Maduro nas eleições da Venezuela, a eleição de Pedro Pablo Kuczynski no Peru, além de Horacio Cartes no Paraguai, mostram um cenário de reorientação política na América do Sul, com governos de centro-direita, em oposição à “onda rosa” de centro-esquerda que chegou ao poder na região nos anos 2000 (VISENTINI, 2015). O aparente esgotamento do modelo neodesenvolvimentista proposto por esses



governos abre espaço para as reformas liberalizantes e transformação do modelo de integração em vigor até então.

Nesse sentido, se nos últimos anos a integração sul-americana foi marcada principalmente por instituições cujo principal objetivo era garantir a concertação política entre os seus membros, caso da Unasul, ALBA e até mesmo do Mercosul, as mudanças que estão em curso atualmente indicam uma retomada do comércio e da economia como principal eixo de integração, justamente como se dá no modelo da Aliança do Pacífico (MALAMUD, 2012), que tem como objetivo central estimular o livre comércio entre os países membros e com regiões estratégicas, uma vez que todos os integrantes possuem acordos de livre comércio com Estados Unidos e União Europeia (uma das principais críticas ao Mercosul é a obrigatoriedade dos membros negociarem em conjunto com terceiros).

A mudança no padrão de integração fica ainda mais evidente quando se observa a estagnação em que se encontra a Unasul, principal instrumento de governança e de integração regional estabelecido durante o governo Lula. A lógica do regionalismo sob o qual a Unasul foi criada, baseada na concertação política, na cooperação sul-sul, integração física e energética e cooperação em questões de defesa e segurança vai de encontro com as recentes propostas liberalizantes e focada na temática comercial, característica do regionalismo dos anos 1990.

Considerações Finais

As transformações observadas na política externa brasileira, com reflexos expressivos em seu perfil de integração regional, são reações a um movimento mais amplo de mudança no cenário internacional. Por ser uma tendência ainda muito recente, ainda é incerto fazer previsões definitivas, mas os sinais apontam para uma retomada de um modelo neoliberal que é fruto da volta ao poder de governos mais identificados com a direita, os quais dão maior relevância à relações externas pautadas pela inserção em cadeias globais de produção, aos mercados de comércio mundiais e a uma economia mais flexível, com maior austeridade do papel Estatal, o que contrasta com o padrão progressista que caracterizou o período anterior, marcado pela “onda rosa” dos anos 2000.

O regionalismo desse período, cuja principal característica era a ênfase nos aspectos políticos e sociais da integração parece dar lugar a um modelo que prioriza o aspecto econômico e a abertura comercial, que é característica do chamado “regionalismo aberto” dos anos 1990. Assim, se o ciclo passado se caracterizou pela ênfase nas negociações multilaterais, tendo em vista o fortalecimento do poder de barganha dos Estados, o cenário atual indica a prioridade a acordos bilaterais e a projetos de



integração mais flexíveis, como é o caso da Aliança do Pacífico, ou aos acordos megaregionais como o TPP, que viabilizam uma inserção autônoma dos países e relação de maior proximidade com parceiros tradicionais como Estados Unidos, Europa e países asiáticos em detrimento do fortalecimento de relações com os países vizinhos.

A atual conjuntura poderia ser indicativo do encaminhamento de uma maior flexibilidade nas instâncias regionais existentes, como o Mercosul, que prevê a negociação conjunta com terceiros. A medida, adotada para garantir maior poder de barganha no cenário internacional, hoje é questionada por países como Brasil e Argentina, por seu caráter restritivo sendo o perfil autonomista preceito constitutivo aos serem firmadas parcerias. Como exemplo da limitação que essa regra causa, o Itamaraty destaca que desde sua fundação a instituição só firmou três acordos de livre comércio, com Palestina, Egito, ambos em processo de ratificação) e Israel, único em vigor (ITAMARATY, 2016e).

Referências Bibliográficas

CERVO, Amado e LESSA, A.C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). Revista Brasileira de Política Internacional. vol.57, n.2, p.133-151. Brasília: 2014.

CESAR, S. E. M. & Sato, E. A Rodada Doha, as mudanças no regime do comércio internacional e a política comercial brasileira. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 55, n. 1, p. 174-193. Brasília: 2012.

CORNETET, João Marcelo. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. Revista Conjuntura Austral. Vol. 5, n.24, p.111-150, 2014.

INSTITUTO de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão. **Repertório de Política Exterior (2015 - 2016)**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/repertorio/repertorio_Jan2015aMai2016.pdf> Brasília: Funag, 2016. Acesso em: 10 set. 2016.

ITAMARATY. **Acordos Extrarregionais do Mercosul. 2016e**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/695-acordos-extrarregionais-do-mercosul>>. Acesso em 10 set. 2016.

ITAMARATY. **Cerimônia de Transmissão do Cargo - Ministro José Serra. 2016a**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em 10 set. 2016.



ITAMARATY. **Declarações do Secretário-Geral da UNASUL sobre a situação interna no Brasil. 13 maio 2016c.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14024-declaracoes-do-secretario-geral-da-unasul-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ITAMARATY. **Manifestações sobre a situação interna no Brasil. 13 maio 2016b.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14023-manifestacoes-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ITAMARATY. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina. 2016d.** Buenos Aires, 23 maio 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14058-memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-argentina-para-a-criacao-do-mecanismo-de-coordenacao-politica-brasil-argentina>>. Acesso em: 10 set. 2016.

LIMA, M.R.S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.48, no. 1. Brasília: 2005.

_____. Relações Interamericanas: A Nova Agenda Sul-Americana e o Brasil. *Lua Nova*, 2012, vol. 90, p. 167-201. São Paulo: 2013

_____. Tradição e inovação na política externa brasileira. *Plataforma Democrática, Working Paper n. 3*, 2010. Disponível em:<<http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Tradicao%20e%20Inovacao%20na%20Politica%20Externa%20Brasileira.pdf>>. Acessado em: 20 de agosto de 2016.

LOPES, André. Hermanos outra vez? Mercosul ganha novo fôlego. **Revista Exame**. São Paulo, 02 jul. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/111602/noticias/hermanos-outra-vez-mercosul-ganha-novo-folego>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MALAMUD, Carlos. La Alianza del Pacífico: un revulsivo para la integración regional en América Latina. **Real Instituto Elcano**. Madrid, p. 1-5. jun. 2012.

MENDONÇA, Heloísa; REBOSSIO, Alejandro. Mercosul abre pontes para acordo com a Aliança do Pacífico. **El País**. Assunção. 22 dez. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/22/economia/1450746543_736903.html>. Acesso em: 10 set. 2016.

MOLINA, Federico Rivas; CUÉ, Carlos E.. Sob protestos, José Serra viaja à Argentina para fazer de Macri o grande sócio de Temer. **El País**. Buenos Aires. 24 maio 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/23/internacional/1464020120_235339.html>. Acesso em: 10 set. 2016.

SILVA, A.L.R. Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: A Diplomacia Multidimensional do Governo Lula (2003-2010). *Contexto Internacional*, vol. 37, n. 1. Rio de Janeiro: 2015



SPEKTOR, Matias. Discurso de estreia de José Serra é forte, mas deixa incertezas. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 19 maio 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/05/1772749-discurso-de-estreia-de-jose-serra-e-forte-mas-deixa-incertezas.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2016.

VIGEVANI, T; RAMAZINI, H. Mudanças Da Inserção Brasileira na América Latina .**Lua Nova**, vol. 78,p. 37-75. São Paulo: 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O declínio da "onda rosa" latino-americana. **Zero Hora**. Porto Alegre. 12 dez. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/12/paulo-fagundes-visentini-o-declinio-da-onda-rosa-latino-americana-4928654.html#>>. Acesso em: 10 set. 2016

VITELLI, M. Argentino, Brasil y la defensa em America del Sur: las identidades estratégicas y la seguridad regional, **Cuadernos de Política Exterior Argentina**, 2015.